

Compromissos do setor público sem cobertura chegam a US\$ 16 bilhões

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Chega a quase US\$ 16 bilhões o total da dívida externa de responsabilidade do setor público, entre juros e amortizações, que não está sendo paga em cruzeiros junto ao Banco Central.

São, em sua grande maioria, compromissos contraídos no exterior com bancos credores privados e agências oficiais de financiamento diretamente pela União ou com aval dela, cujos atrasados se acumulam desde abril do ano passado. Nessa ocasião, o Tesouro Nacional Praticamente teve esgotada sua capacidade de acesso à moeda nacional para honrar o aval dos contratos.

"Nós só estamos honrando o aval de dívida tomada junto ao Banco Mundial e ao BID", disse a este jornal uma categorizada fonte do Tesouro Nacional, que recentemente conseguiu juntar em uma mesma tabela os montantes em atraso desde abril de 1989. Pelos dados do Tesouro, até o final de julho foram pagos cerca de US\$ 800 milhões entre juros e amortizações, para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD).

As empresas estatais respondem pelo grosso dos atrasados da dívida externa e deixaram de recolher ao Banco Central pagamentos equivalentes a cerca de US\$ 11 bilhões de compromissos externos, entre abril de 1989 e julho deste ano. O Tesouro Nacional não tem recursos para honrar o aval daqueles

empréstimos nem está efetuando o pagamento da dívida externa da Siderbrás, da Eletrobrás e da Itaipu Binacional, cuja rolagem de 100% está prevista no orçamento de crédito da União. Aquelas três estatais estão com US\$ 3,8 bilhões de dívida externa em atraso desde abril do ano passado. Outras estatais com atrasados, como a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), a Nuclebrás e autarquias como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), não têm esquema de rolagem com recursos dentro das normas do aviso MF-09 (que prevê empréstimo-ponte do Tesouro para cobertura dos pagamentos externos). Nesses casos, os recursos estão alocados dentro do orçamento da União, mas as empresas e autarquias não conseguem manter os pagamentos em dia. O Tesouro Nacional, por seu lado, não tem em caixa montante suficiente para honrar aqueles avals. O rol das pendências do setor público brasileiro com o exterior inclui os atrasados dos governos estaduais e municipais, e de suas estatais, contraídos com aval da União. Esses compromissos são tratados dentro do esquema de rolagem do MF-09 (no início do ano, o Tesouro se comprometeu a rolar 75% daquela dívida e o atual governo baixou para 54% o limite de financiamento), mas também acumulam atrasados desde abril do ano passado, que, em fins de julho, chegavam a US\$ 2,7 bilhões, entre juros e amortizações. O go-

verno do Estado de São Paulo e suas estatais têm uma expressiva participação de 40% na lista de pendências nos pagamentos ao exterior.

Entre principal e juros, somando a dívida contraída com aval da União ou diretamente contratada pela União, os atrasados contabilizados pelo Departamento de Tesouro Nacional desde abril de 1989 até julho deste ano atingiam US\$ 15,8 bilhões, dos quais US\$ 7,3 bilhões referentes a juros e US\$ 8,5 bilhões de amortizações, cujo pagamento em cruzeiros não foi efetuado. Isto quer dizer que não ocorreu a respectiva operação em que o câmbio é contratado e os cruzeiros são recolhidos à autoridade monetária, onde ficam depositados em nome do credor internacional.

No caso dos bancos credores internacionais, os pagamentos das amortizações da dívida externa junto ao BC são automaticamente recolhidos à conta de depósitos regulada pela Resolução 1.564, que abriga os recursos do "Multi-Year Deposit Facility Agreement" (conhecido pela sigla MYDFA). Fonte credenciada do BC adiantou a este jornal que os depósitos no MYDFA somam hoje US\$ 26 bilhões. Esta conta agrega o antigo DFA (Deposit Facility Agreement) do Projeto 2 — que reescalou o pagamento das amortizações externas — negociado no governo Figueiredo.

No caso dos credores oficiais — reúne as agências de financiamento ao co-

mércio dos governos e envolve dívida contratada diretamente junto a estas agências ou com o aval delas — os depósitos tanto de juros como de amortizações estão abrigados em conta regulada pela resolução que trata dos pagamentos sujeitos a centralização de câmbio na autoridade monetária. Os pagamentos devidos pelo setor público aos credores do Clube de Paris, em cruzeiros, estão dentro dos US\$ 15,8 bilhões de atrasados calculados pelo Tesouro Nacional. Não há, no entanto, um cadastro em nível do Tesouro com o tipo de credor para quem o pagamento da dívida externa não foi efetivamente realizado em cruzeiros, conforme o ponto de vista fiscal do problema.

Considerando apenas os US\$ 26 bilhões que o BC tem registrado como depósitos no MYDFA, os juros externos efetivamente devidos pelo Banco Central aos bancos credores privados este ano — supondo uma taxa de juros em torno de 10% ao ano — seriam de US\$ 2,6 bilhões, cuja segunda parcela em torno de US\$ 1,3 bilhão estará vencendo em meados de setembro próximo. Esta é a visão de quem acredita, dentro do governo, que o BC só pode responder pelos juros externos considerando o volume do principal da dívida que está de fato sob sua responsabilidade, depositada em nome do credor internacional. Nesta hipótese, apenas se reconheceria como atrasados de juros aquela fatia, sem considerar pagamentos em atraso do setor público.